



Prefeitura Municipal de Porto Alegre  
Secretaria de Coordenação Política e Governança Local  
Gerência do Orçamento Participativo

## Conselho do Orçamento Participativo



# Sessão Plenária

Seção Ordinária do dia 22 de setembro de 2005.

ATA Nº 20

PAUTA: MATRIZ ORÇAMENTÁRIA

---

**JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Declaramos abertos os trabalhos e, de imediato, disponibilizamos as inscrições para o período de **Comunicações**. De acordo com o que foi aprovado por este Conselho, hoje deveria ser discutido o tema Fóruns Regionais de Planejamento. No entanto, como não terminamos a apreciação da matriz orçamentária, o governo fez contato com a SPM no sentido de suspender o seu comparecimento nesta sessão, transferindo a reunião para o próximo dia 29 de setembro, data que se encontrava em aberto. Consulto se o plenário está de acordo com este encaminhamento.(Pausa). **CONSELHEIRO BOA NOVA (Temática de Circulação e Transporte):** Boa-noite. De acordo com o calendário aprovado por este Conselho para o mês de setembro, a data de 29/9 está prevista para a Reunião de Conselheiros. Para quando ficaria a Reunião de Conselheiros?**JÚLIO PUJOL (Coordenador):** A reunião poderia ficar para o dia 6 de outubro. **CONSELHEIRO NELSON (Região Leste):** Solicito que na reunião de hoje não haja o período de Comunicações, para que não aconteça o que aconteceu em outras reuniões. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Aproveito para informar ao Plenário que o representante do GPO, na reunião de hoje, será o Secretário Portela, que ainda não chegou. Em vista disso, sugerimos que se faça o período de Comunicações até a chegada do Secretário. **CONSELHEIRO HAMILTON (Temática de Circulação e Transporte):** Boa-noite a todos e a todas. Quero-me referir à ata nº 19, página 3, na segunda intervenção que fiz, está inscrito: “Fui um dos que mais propôs emendas ao OP”. Quero dizer que não propus emendas ao OP, o que eu disse foi que quem mais propôs emendas ao OP foi aquele senhor que se prega na cruz, o Ver. Oliboni. Eu disse isso porque achar que a Câmara não tem direito de emendar o Orçamento, está errado, é um direito dela e, na Administração anterior, um vereador do PT, entre vários, o que mais propôs emendas ao Orçamento que a gente tinha feito aqui foi o Ver. Oliboni. Então isso não é uma coisa nova e a minha fala foi nesse sentido. O que tento, e tenciono conseguir do governo, que tem maioria na Câmara, grande maioria – e hoje já não mais na coligação, pois o pessoal do PL começa a apoiá-lo, assim como outros segmentos – deixa ver que esse orçamento não está ameaçado pela oposição. O próprio governo pode garantir que esse orçamento passe da maneira como foi proposta pelo Prefeito Fogaça, que disse que ia respeitar a decisão do OP. Então, se ele tem maioria na Câmara não haverá emendas e, assim, a vontade do Prefeito será respeitada. Agora, se houver emendas, aquela questão de que respeitaria o OP está indo por água abaixo. **CONSELHEIRA ADACLIDES (Região Restinga):** Boa-noite a todos e a todas. Gostaria de lembrar que nos dias 29 e 30 do corrente mês e 1º de outubro, estará se realizando a Conferência Estadual da Cidade. Portanto, é importante a presença dos delegados lá. Então, justamente nesse dia fazermos uma reunião é como deixar o assunto pela metade. Em segundo lugar, quero fazer uma

reclamação: é um despautério o que está acontecendo! Há 45 anos tomo um medicamento. Fui no posto de saúde da minha região para pegar a solicitação do médico e não consegui porque ele estava atendendo outros pacientes. Assim não dá! Faz-se uma receita, até mesmo atendendo outro paciente. Principalmente quando é do conhecimento que todos os meses essa pessoa vai buscar a requisição. Como eu tinha que vir ao Centro, achei que seria mais racional, antes, ter a receita, pois assim aproveitaria para já pegar o remédio. Pois ela não me atendeu. Disseram-me que existe uma norma que prevê que a solicitação da receita tem que ser feita com três dias de antecedência. Se eu falhei, eles também, porque também não me atenderam dentro do prazo. **CONSELHEIRA MARIBEL (Região Centro-Sul):** Quero fazer uma solicitação à Coordenação do COP para um curso de qualificação dos novos conselheiros, pois já estamos entrando no mês de outubro e isso está fazendo muita falta para nós. Gostaria também de solicitar ao GPO um curso sobre PPA, LDO e Matriz Orçamentária. Aproveito para pedir que a Comissão de Habitação, do COP, agende a primeira reunião. **CONSELHEIRO RONALDO(Região Sul):** Boa-noite a todos os conselheiros e conselheiras. Vou ler um documento: (Lê) *“Gostaria de começar lamentando a situação ocorrida na reunião do dia 15/9, quando uma delegada, mostrando descontentamento, descontrole e falta de confiança nos conselheiros que foram eleitos como legítimos representantes da Região, neste Conselho, e também demonstrando um completo desrespeito por este fórum, começou a gritar que em virtude de uma votação que havíamos feito a Região tinha sido prejudicada. Quero dizer, em primeiro lugar, que temos o aval do nosso FROP e, por conseguinte, somos os legítimos representantes da nossa Região neste Conselho. Seja qual for a decisão que tomarmos neste COP, ela será da nossa inteira responsabilidade e será remetida à Região para prestação de contas.Desconhece a delegada que, regimentalmente, qualquer situação de descontentamento em relação aos conselheiros, por parte dos delegados, deverá o assunto ser remetido ao FROP para julgamento e decisão. A delegada teve uma atitude inaceitável e lamentável dentro deste Conselho, desrespeitando-nos e também a todos os outros conselheiros. Assim, considero como um ataque pessoal o fato de ter dito que traímos a Região e ter declarado que fomos comprados para votar a favor do governo. São denúncias graves que exigem uma retratação e uma posição deste Conselho em relação aos delegados, pois não é um incidente isolado, tem sido uma coisa freqüente que transtorna o nosso trabalho e desrespeita nossa legitimidade neste Fórum. Assim, em nome dos conselheiros e do FROP da nossa Região, quero informar a este plenário que os delegados não estão autorizados a falar pelo nosso FROP. Ao tentarem nos prejudicar, prejudicam a Região e tornam muito difícil o convívio no Conselho e o desenvolvimento do nosso trabalho. Obrigado. (Tumulto no plenário) JULIO PUJOL (Coordenador):* Vamos suspender a reunião por cinco minutos. **(Retorno à reunião)** A Pauta de hoje é Matriz Orçamentária. Com a palavra o Secretário Portela do Gabinete de Programação Orçamentária. **PORTELA (Secretário do GPO):** Boa-noite a todos. Recebemos as propostas de alteração na Matriz Orçamentária de 2006. Foram apresentadas 45 propostas de alteração da Matriz pela Comissão de Sistematização. Destas 45 propostas uma foi retirada pela própria Comissão, 20 estão prejudicadas porque afetavam recursos de contrapartida e fundos e das 24 restantes e possíveis o governo está acatando 18. Ou seja, quase 80% das propostas. Com isso temos apenas seis emendas propostas que não foram acatadas pelo governo. A primeira emenda proposta que retirava recursos do Gabinete do Prefeito e transferia para a Secretaria da Saúde, para o Programa PSF foi aceita pelo governo. a segunda proposta que também transferia recursos para o PSF retirando da Secretaria de Gestão, temos duas propostas além desta que utilizavam a mesma fonte de recurso. Estamos concordando com as três propostas desde que limitadas ao valor de 80 mil reais para não prejudicar a Ação Fonte. Provavelmente com a Comissão de Sistematização a gente possa decidir aonde alocar isso para manter as três propostas sem que se prejudique a Ação que está dando origem a estes recursos. A terceira proposta que retirava recursos da Administração e transferia para a Temática pega recursos da contrapartida do Programa de Modernização Administrativa do Programa de Desenvolvimento Municipal do BID. Ela utiliza como Fonte um Projeto da Secretaria da Administração que é uma contrapartida que está dentro do PDM e é financiamento do BID. O redesenho é outro também. A proposta seguinte que retirava recursos da Fazenda para o DEMHAB que é uma Ação Modernização e Atualização do Cadastro Imobiliário tem 4milhões e 430mil previstos para a Ação, sendo que há uma expectativa da Fazenda que 2 milhões e 200 mil reais se dêem através de uma operação de crédito com a Caixa Econômica Federal. Está operação de crédito teria

uma contrapartida da ordem de 2 milhões por parte do município. Então, uma parte destes recursos está prevista para a atualização do Cadastro que são recursos de financiamento e estão naquela fonte 9999. Mais adiante tem mais uma proposta que utiliza esta fonte como fruto de expectativa de um financiamento. Portanto, fica prejudicada esta proposta. SMAM, retira recursos do Meio Ambiente e transfere para a Temática 560 mil de um total de 1 milhão e 600 mil reais. Este valor é para o Programa de Conservação de áreas verdes, parques. São dois valores: 850 e 750. Os 750 são contrapartida e os 800 são recursos do BID que também está no Programa Desenvolvimento Municipal. A proposta seguinte foi retirada pela Comissão de Coordenação de Sistematização. A próxima proposta retira recursos da Secretaria da Juventude e transfere para a Secretaria da Saúde. O governo concorda com a proposta desde que limitada ao valor de 50 mil reais. A outra proposta retira recursos da Secretaria de Obras da Conservação e Manutenção de Prédios Públicos e transfere para a Secretaria da Educação. Esta ação tem uma dotação de 950 mil reais que é completamente insuficiente para as necessidades do município. Todos os próprios municipais estão em estado de deteriorização acentuada. Começa pelo próprio prédio aqui da esquina que tem uma série de problemas que, inclusive estão começando a vetar a questão da segurança. Segurança para quem trabalha no prédio, de quem passa na calçada, a rede elétrica está totalmente sobrecarregada, enfim. O valor que consta nesta ação é extremamente insuficiente para atender estas demandas. Portanto, esta é uma das seis propostas que o governo dá parecer contrário. A proposta seguinte é a mesma coisa que aquela que também tira recursos da Atualização e Modernização do Cadastro que são provisões a partir de Operações de Crédito. A próxima retira recursos da SMIC e realoca para a Temática. Também recebe parecer contrário do governo em função de que a retirada de recursos inviabiliza a ação-origem de fiscalização da SMIC. A próxima proposta retira recursos do Gabinete do Prefeito e transfere para a temática na área de Educação. Parecer contrário porque ela prejudica ação utilizada como origem. A proposta seguinte está vinculada à segunda proposta, ou seja, existem três propostas em cima desta mesma origem. Concordamos com as três propostas desde que se ajuste o valor até 80 mil reais. As duas seguintes que retiram recursos da Administração também retiram das mesmas ações da Modernização Administrativa do financiamento do BID. São recursos de contrapartida. A seguinte que retira recursos da Gestão e transfere para a Secretaria de Esportes é a mesma coisa, pois retira recursos do Apoio Operacional do Programa Integrado Entrada da Cidade. São recursos do PIEC de contrapartida ao financiamento do FONPLATA. A proposta a seguir retira recursos da SMOV e transfere para a Temática da Educação o governo dá parecer favorável. A próxima que retira recursos da SMOV e transfere para a SMED o governo também dá parecer favorável. Apenas fizemos um ajuste com a Comissão de Sistematização e mudamos a fonte. Porque a fonte que havia sido utilizada previa uma operação de crédito. Mudamos a fonte de recursos para viabilizar a proposta e assim ela fica sem problema algum e com o valor de 300 mil reais. Certo? A proposta seguinte que retira recursos da SMED transferindo para a temática o governo dá parecer favorável. A que retira recursos da Secretaria de Coordenação Política para a temática de 3 milhões e 59 mil são recursos do FUNCRIANÇA que são geridos pelo CMDCA. Portanto, não podemos utilizá-los como fonte. As duas propostas seguintes que utilizam como fonte a SMAM são os mesmos projetos da Conservação de Parques que são recursos de contrapartida do Programa do BID. A seguinte que retira recursos da SMIC e aloca dentro da própria SMIC para uma Incubadora na Cruzeiro, o governo dá parecer favorável. Na próxima proposta é só ajustarmos o valor, mas é favorável. A seguinte que retira recursos da Secretaria de Direitos Humanos, transferindo para a Procuradoria-Geral, o governo dá parecer favorável. A próxima que retira recursos da SMOV e transfere para o DEMHAB, o governo dá parecer favorável desde que o valor seja limitado a 300 mil reais. A que retira recursos da Coordenação Política e transfere para o DEMHAB, os recursos utilizados como fonte são do FUNCRIANÇA e são geridos pelo CMDCA. A proposta seguinte retira recursos da Secretaria de Transporte transferindo para o DEMHAB. Este recurso é uma operação de crédito chamado MOBILURB que a SMT encaminhou ao Banco Mundial. A próxima, que retira recursos da SMOV e transfere para a Secretaria da Educação, o governo dá parecer favorável. Em seguida, a que transfere recursos da Fazenda para a SEACIS está prejudicada em função de a fonte utilizada ser uma operação de crédito. A que transfere recursos da Coordenação Política para a Saúde também utiliza recursos para o FUNCRIANÇA. A Secretaria de Gestão transfere recursos para a FASC o governo dá parecer contrário em função de que a retirada deste montante prejudica a

ação de origem. A proposta seguinte que retira recursos da Coordenação Política para a SMIC fica prejudicada visto que a fonte é o FUNCRIANÇA, novamente. A próxima que retira recursos do Direitos Humanos e transfere para a SMIC o governo dá parecer favorável. A que tira recursos da Secretaria de Direitos Humanos e transfere para o Gabinete do Prefeito o governo dá parecer favorável. A seguinte que transfere recursos da Cultura dentro da própria Cultura fica prejudicada porque está mexendo com os dois fundos: o FUNCULTURA e o FUNPROARTE. Já tivemos problemas, na Câmara, porque as emendas dos vereadores fizeram uma mixórdia tremenda nos dois fundos, e nós vamos ter que acertar agora no Orçamento porque eles têm valores legais estabelecidos, além do que, um fundo ficou prejudicado em relação ao outro. A proposta seguinte também utiliza como fonte o FUNCRIANÇA. As duas propostas seguintes, uma que retira recursos da Cultura e passa para a Coordenação Política e a outra que retira recursos da Secretaria de Direitos Humanos e passa para a Coordenação Política, tiveram parecer favorável por parte do governo. A proposta a seguir também utiliza como fonte a operação de crédito da modernização do cadastro. As três propostas que vêm a seguir e que alocam recursos dentro da própria Secretaria de Coordenação Política, transferindo recursos de uma ação para outra, essas três propostas obtiveram parecer favorável por parte do governo. A próxima proposta é a que retira recursos da Gestão e Coordenação Política e teve parecer contrário porque prejudica a ação de origem. As duas seguintes, que retiram recursos da Administração ficaram prejudicadas porque esses recursos são do Programa de Desenvolvimento Municipal, contrapartida ao financiamento do BID. Esses são os posicionamentos do governo, com relação às propostas apresentadas pelo Conselho. Volto a frisar que de 24 emendas possíveis o governo acatou 18, ou seja, aproximadamente 80% das propostas possíveis. Coloco-me à disposição para responder os questionamentos, expressando o meu desejo de responder imediatamente cada consulta que for feita. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Estão abertas as inscrições para os questionamentos. O primeiro inscrito é o Seu Omar. **CONSELHEIRO OMAR (Região Cruzeiro):** Boa-noite. Não posso tratar desse assunto sem antes tratar de uma questão anterior, a respeito da qual houve trapalhada. A Região Cruzeiro tinha uma emenda que foi discutida, foi catalogada e agora não veio. Essa emenda era de quase 7 milhões de reais, da Temática de Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Desse valor de 7 milhões, a Cruzeiro recomendava que se tirasse 3 mil e 200 reais, pois o que sobrou é muito mais dinheiro do que essa Comissão já viu nesses 18 anos que existe. A proposta da Região era de 200 mil para cada uma das regiões, num total de R\$ 3.200,00. Agora, não vejo essa emenda aqui. Alguém me disse que houve uma reunião na segunda-feira e que eu não compareci. Se me mostrarem uma ata dessa Comissão de Sistematização, da qual fiz parte, onde esteja marcada uma reunião para segunda-feira, aí eu concordo. Eu quero ver essa ata, saber por que não fui informado dessa reunião, como é que ela se realizou e por que retiraram essa proposição da Cruzeiro. **CONSELHEIRO BOA NOVA (Temática de Circulação e Transporte):** Há uma proposição aqui – e eu não estou contra ela, apenas quero tentar esclarecer alguns detalhes – que dá um aporte à Sociedade dos Surdos, via SMOV. Também eu havia solicitado um aporte que, originalmente, havia solicitado fosse retirado da bilhetagem eletrônica; depois, num segundo momento, tive informações de que a bilhetagem eletrônica era uma contrapartida e, assim, não poderia ser mexida. Então, combinei com o pessoal da Comissão de Sistematização – e deve ter havido um ruído na nossa comunicação, uma vez que havia uma proposição no sentido de retirar R\$ 300.000,00 da SMOV para uma demanda que havia sido proposta pelo Delgado Felisberto e eu propunha que alguma verba viesse para a Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social; queríamos R\$ 150.000,00. Eu considerei isso como acertado, por ocasião da última reunião lá no 14º andar da Prefeitura. Para surpresa minha, no entanto, e talvez eu tenha entendido mal, e se foi assim me penitencio, creio que houve um mau direcionamento, porque essa verba proposta para a SEACIS que foi indeferida era para ser retirada da Secretaria da Fazenda, e essa não tinha sido a minha proposta original. Assim, solicito esse esclarecimento porque, se uma entidade, com todo o direito, recebe R\$ 300,00 – mesmo sendo uma entidade particular já hierarquizada pelo OP e com prioridade um – acredito que a Secretaria de Acessibilidade merece, no mínimo, um valor igual. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** O próximo inscrito é o Conselheiro João Alberto (Chiquinho), que cede seu tempo seu tempo para o Conselheiro Copinaré. **CONSELHEIRO COPINARÉ (Região Leste):** A reunião extraordinária foi marcada, Seu Omar. Parece-me, se não me engano, que a ata está aí. Parece-me que essa contraproposta do Executivo, por questão até de

gestão, deveria ter vindo uma cópia para cada conselheiro, a fim de que pudéssemos ler e acompanhar. Em segundo lugar, os integrantes da Comissão de Sistematização, não têm curso superior técnico, nós temos experiência em caminhada de lida da comunidade. Então, é claro que a Comissão de Sistematização não tinha poder nem capacidade de análise; procuramos atender as emendas apostas pelo Conselho. Fizemos o que foi possível! Pergunto ao Sr. Secretário: na Pavimentação – atividade 106.10.38 – R\$ 16.000.000,00, enquanto a nossa Secretaria não tem verba contemplada para pavimentação?! É claro que não vamos deixar sem pavimentar. Pergunto: dos 16 milhões da Pavimentação Urbana, que é 5 mais 9, o que é possível realocar para as demandas que foram cortadas? Em momento algum queremos desconstituir qualquer investimento do Executivo, no entanto, como o Ricardo trouxe aqui que a Pavimentação da Secretaria era zero, então não pode estar dentro da matriz 16 milhões! Para concluir, com relação à conservação permanente de áreas verdes da SMAM, eu perguntei ao Ricardo como se gasta um milhão na preservação de conservação permanente. A última preocupação é que se 2 milhões para readequação do cadastro imobiliário é contrapartida, então quanto o governo vai ter que despender para realizar esse cadastramento? Se isso estiver correto, creio que o Executivo deverá gastar algo em torno de 6 a 7 milhões?! O senhor deve ter em mãos a matriz orçamentária, estamos trabalhando, negociando respeitosamente e, então, dos R\$ 16 milhões da Pavimentação da SMOV vamos ter que tirar algo em torno de 600 a 800 mil reais, até porque pela matriz do GPO não consta Pavimentação para nós mexermos. Obrigado.

**SECRETÁRIO PORTELA (GPO):** Vou começar pelo **Copinaré**. Recebi ontem a proposta sistematizada. Elaboramos um parecer, conversamos com a Comissão, hoje à tarde e, pelo que sei, a Pavimentação não tem 16 milhões, ela tem 13 milhões. Esse recurso representa a continuação da Pavimentação Comunitária do financiamento do BID. Não existem recursos livres dentro disso. Para o cadastro há uma previsão de 4 milhões: 2 de contrapartida e 2 de operação de crédito. O projeto de modernização do cadastro envolve toda uma digitalização em cima de um aerofotogramétrico e de um geoprocessamento. A parte do geoprocessamento já está embutida no programa de desenvolvimento municipal, se aproveitaria o que está feito lá. Não tenho conhecimento da totalidade do projeto, mas se o senhor quiser conhecê-lo até me encarrego de disponibilizar o projeto para que se possa ver exatamente o que está previsto. Pela experiência que tenho, eu já fui Secretário de Fazenda num outro município e já fiz isso, a digitalização do cadastro mobiliário parte de um aerofotogramétrico da cidade e às vezes, até, de fotografias de satélite, através da qual se cria se criam pontos de geoprocessamento para colocar isso dentro do sistema. A facilidade que isso nos traz é que se acaba com o problema de qualquer habitação clandestina, se tem uma fiscalização precisa de toda ocupação da cidade; isso possibilita o fornecimento de qualquer certidão na hora; isso agiliza e melhora a receita do município. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Tenho um pedido do Delegado Felisberto que quero colocar em apreciação por este plenário se ele pode fazer uso da palavra. Em votação. **APROVADO** O próximo inscrito é o conselheiro Dilmair. **CONSELHEIRO DILMAIR (Temática Cultural):** Boa-noite a todos e a todas. Quer cumprimentar o Secretário Portela também. Uma questão que eu gostaria de registrar é que foi criada uma Comissão de Sistematização por este plenário o senhor na sua fala comentou que esta Comissão foi consultada para fazer ajustes. Eu fiz parte desta Comissão, assim como os conselheiros, Copinaré, Omar, Jakubaszko, o Marco Aurélio, a delegada Bia, o delegado Felisberto e outros colegas também e em nenhum momento eu fui consultado em relação a isto. Então, neste sentido vejo com relação ao que se trata na 6ª proposta de resolução o COP não abriu mão. Porque eu não fui consultado em relação a isso. Eu gostaria de manter a proposta original que colocamos que foi sistematizada. Uma outra questão é que o senhor coloca é que alguns fundos não poderiam ser mexidos. Mas lá na proposta que trata de transferências de recurso na Secretaria Municipal da Cultura, do Programa 112, Projeto 2430 também é um recurso do FUNCULTURA. Então, não deveria ser mexido. Enquanto conselheiros da Cultura não acatamos esta decisão. Gostaríamos de manter este recurso na Cultura e não transferir para a Secretaria. Obrigado. **CONSELHEIRO JULIANO (Região Centro):** Boa-noite. Eu sou presidente da Associação da Feira da Rua da Praia que representa a informalidade. Este processo da informalidade iniciou agora em janeiro e a gente tem feito discussões. Acreditamos que este diálogo tem sido tão sério que acabou indo como uma manifestação para a Câmara de Vereadores. Houve propostas e alternativas que este problema da cidade seja agora, neste governo ou daqui para frente, solucionado. Então, fiz cinco emendas que foram passadas para a Comissão de Sistematização, sendo que delas

foram retiradas três. Não vou dizer que fui contemplado, porque não fui. Mas tudo bem, confio na Comissão. Só que estas duas emendas que foram para a Sistematização, uma foi cortada. Então, começo a duvidar da seriedade da Secretaria e do governo. Porque se existe um problema grande que é o comércio informal de Porto Alegre, como é que vão destinar 100 mil reais para *shopping* popular. O que vai ser feito com 100 mil reais? Não vai ser feito nada! Esta verba não é para mim, para o Juliano! É para várias pessoas, para toda a cidade. Então, começo a duvidar da seriedade, Secretário, porque como é que com 100 mil vamos fazer alguma coisa para mudar este quadro que está em Porto Alegre. então, gostaria que fosse revisto. Não concordo com o que foi enviado para o governo aqui! **CONSELHEIRA MARIBEL SANTOS (Região Centro Sul):** Secretário Portela, estou com uma dúvida. Na nossa Região Centro Sul, na LDO, sugerimos uma emenda para a construção de um Centro de Convivência para idosos serem independentes. Mais tarde descobrimos que não havia sido aprovada, porque estava sem orçamento. Disseram-nos que não era para a LDO. Na nossa região foram a Luciane, Mauro e a HHorácia. Sugeriram e nós fizemos uma reunião extraordinária para a LDO. Depois que descobrimos que não era própria para a LDO, fomos aconselhados pelo Ricardo Erig que fizéssemos para a Matriz Orçamentária. Como estou iniciando agora como conselheira tenho vindo quase todas as noites às reuniões eu me surpreendi, com o que o Ricardo colocou na ata passada: “O que acontece é o seguinte, no processo da LDO algumas solicitações por parte de conselheiros das regiões e temáticas não puderam ser contempladas porque não eram típicas de LDO, mas para o Orçamento. Falei para os conselheiros da Região Centro Sul...” Falou para a Maribel e não para os conselheiros. (...) “que reapresentarem a proposta no Orçamento, mas só que ela não apresentou o valor”. É por isso que antes eu solicitei que precisamos conhecer, por favor, a matriz Orçamentária para que a gente não vê venha se reunir por nada! **DELEGADO FELISBERTO (Região Centro):** Boa-noite. Fiz parte da Comissão de Sistematização daquilo que foi discutido no 14º andar, sexta-feira, em que ficou marcada uma reunião para segunda-feira no mesmo local. Queremos dizer que tudo foi encaminhado e na segunda-feira por decisão daquele quorum do COP onde estava presente a governo foi retirada a demanda que pegava recurso do Incentivo ao Cooperativismo. Foi uma decisão deste Conselho do Orçamento Participativo e está na ata. Não inviabilizando a demanda de remeter recurso de 200 mil para a Região. Nós tentamos na proposta atender 200 mil para cada região. Tanto que se vocês olharem as demandas verão que tem para o DEMHAB 2 milhões e meio. Pela análise, como recebi agora, sinto-me prejudicado por não ter aprofundado quero solicitar ao governo o que pode ser viabilizado para termos mais recursos para a Habitação. Porque é a prioridade da Cidade, principalmente para a Regularização Fundiária que é um grande problema das comunidades que pisam no barro. Quero dizer que este foi um trabalho feito por sete pessoas. Nós nos reunimos e em nenhum momento quisemos prejudicar a demanda de quem quer que seja. Queremos também fazer coro à demanda do *shopping* popular. Porque, na verdade, são 200 mil, cem mil para este ano e cem mil para o ano que vem. Então, a gente solicita de onde pode ser alocado mais recurso. Obrigado. **SECRETÁRIO PORTELA (GPO):** Dilmair, quanto àquela emenda que está com o parecer favorável, se realmente for recurso do FUNCULTURA, não será viável. Porque pode ter passado na hora, mas que qualquer forma vou verificar novamente. Juliano, qual é a emenda do *shopping* popular? Na 12ª, uma tira recurso da Governança e a outra da Secretaria de Direitos Humanos. Uma tem parecer favorável que é Direitos Humanos e a outra tem o parecer contrário porque tira recursos do FUNCRIANÇA. É isso. Mas podemos em conjunto achar uma outra fonte e viabilizar a parte de cima. Eu quero te dizer o seguinte: tu não precisas duvidar da seriedade, porque de 24 emendas possíveis o governo acatou 18. Isso é uma demonstração de que o nosso objetivo não é fazer confronto e nenhum tipo de situação assim! Nós respeitamos todos os posicionamentos do Conselho e procuramos fazer aquilo que realmente é possível de ser feito. Sem qualquer tipo de constrangimento, em hipótese nenhuma! Vamos procurar em conjunto com a Comissão de Sistematização achar uma fonte adequada para se colocar os outros 100 mil reais. Está certo? Maribel, obras, na verdade, deveriam ser objeto somente do PI. Obras não deveriam ser do Plano Plurianual, nem da LDO, tão pouco do Orçamento. Na realidade, o Plano Plurianual é um conjunto de diretrizes, a LDO é um outro conjunto que afina isso para você elaborar o Orçamento. E o Orçamento é constituído de projetos e atividades. Poderíamos ter no Orçamento uma atividade, por exemplo, Apoio à Pessoa Idosa, e dentro desta atividade ter recursos para a despesa corrente e para a despesa de capital. E no Plano de Investimento você

elegeria a Construção de Centro de Convivência do Idoso no local tal, porque é uma obra. Então, a obra em si é muito mais objeto do Plano de Investimentos, mas evidentemente, muitas vezes não se consegue evitar que isso seja aprovada como uma ação específica. Mas o ideal é que uma obra faça parte do Plano de Investimentos. Isso é o correto tecnicamente. Por isso é que o pessoal lhe deu estas informações. A Horácia me disse que a conselheira encaminhou a emenda, mas a emenda não tinha valor da forma como foi encaminhada pelos motivos expliquei. Certo? **Felisberto**, a questão do *shopping* popular acho que está resolvida, vamos achar uma fonte adequada para contemplar os outros 100 mil. A mesma coisa em relação à **SEACIS**, vamos encontrar uma fonte para contemplar os outros 100 mil reais. **A respeito do DEMHAB**, vamos ver se achamos mais uns 500 mil reais para dar um reforço nele. **CONSELHEIRO NELSON (Região Leste)**: Boa-noite, Secretário. Dentro daquilo que foi favorável, pela fala do governo, gostaria de saber o que é possível aumentar, porque na realidade aquilo que foi favorável resultou apenas 30% em dinheiro. Uma outra questão, e que até já foi colocada por outro conselheiro, é que não somos técnicos, não temos condições de fazer a análise técnica disso. Há várias emendas que ficaram prejudicadas porque não sabíamos o que era contrapartida e o que era operação de crédito. Então, nos sentimos prejudicados com isso. Até parece que foi uma coisa colocada – não quero acreditar que tenha sido colocada de má fé – para nos confundir. **CONSELHEIRA ROSE (Temática de Cultura)**: Boa-noite a todos e a todas. Na realidade, fico um pouco preocupada quando se vem defender um aumento de verba para a Cultura, às vezes, sinto que é uma coisa meio injusta porque as pessoas estão querendo aumentar a verba para a Saúde, para Habitação, para a Assistência Social, o que é muito justo. Todavia para nós, Conselheiros da Cultura, é muito ingrato termos que fazer essa solicitação de aumento de verba para a Cultura. No entanto, hoje se vê a falta de recursos para a Descentralização da Cultura onde todos os oficinheiros estão há 3 meses sem receber e já não estão mais realizando as oficinas, que são as ações que retiram a maioria das crianças e dos jovens das ruas. Assim, queremos que o Secretário nos oriente de onde poderemos retirar recurso para aumentar os 800 mil da Descentralização da Cultura porque acho que não dá mais para que o pessoal não tenha recursos para manter essas oficinas. Só para complementar, Secretário Portela, aquela emenda dos 30 mil é uma proposta do Sr. Adroaldo e, na realidade, ele quer aumentar a verba do Programa 112, Projeto 2432. **CONSELHEIRO SÉRGIO (Região Cristal)**: Boa-noite a todos e a todas. Estive fazendo uma conta, o Nelson antecipou o número, mas é em torno de 30%. Pelo que entendi o Secretário mencionou que em torno de 80% do proposto teria sido aceito. Só que se formos ver isso ao nível de recursos, esse valor significa 30% do montante proposto pelo COP para deslocar para investimentos. Se tivermos mais um prazo, poderemos reestudar isso, do contrário, eu tenho uma proposta: para evitarmos discutir o detalhe e questionar os detalhamentos feitos pelo governo, pois realmente deve ter embasamento, proponho que possamos aumentar os valores repassados às emendas que tiveram parecer favorável por parte do governo. Por exemplo, a primeira: 226 mil reais. O governo aceita 10%. A idéia geral é de que possamos manter os 5 milhões que foram propostos inicialmente para os investimentos, independente de discussão. **CONSELHEIRA MARLENE (Região Restinga)**: Quero falar sobre uma demanda que propunha retirar 80 mil reais da SMGAE. Essa proposta foi apresentada pela Restinga para reverter em prol de cada um dos CAR, em virtude de a estrutura desses Centros estar muito precária. É uma coisa importante para os trabalhos das regiões. **SECRETÁRIO PORTELA (GPO)**: A Portaria 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regulamentou no Brasil, desde o ano de 2000 as codificações de receita e despesa dos orçamentos públicos. Nessa regulamentação estão estabelecidos critérios para cada tipo de despesa e de receita. Os recursos da contrapartida têm um código específico, estabelecido nessa Portaria. Infelizmente o sistema usado pela Prefeitura para fazer o acompanhamento da despesa não permite implementar esse código específico da contrapartida. Esse problema que o **Nelson** levantou a respeito da dificuldade de identificar a contrapartida, ao analisarmos as propostas, hoje à tarde, e ao ver que a maioria dessas que foram prejudicadas eram justamente porque estavam calcadas em cima de uma contrapartida, chamei o pessoal do GPO para ver se tínhamos como achar uma solução para essa questão. Numericamente não se pode fazer isso. O ideal seria que se tivesse um código, como, por exemplo, existe no governo federal onde o número 1 é o recurso livre do Tesouro, e aí ele tem um dígito identificador, que é o 10. Assim, 1.10 é a contrapartida. Nós não temos condições de colocar esse dígito fiscalizador, em função do sistema, então a contrapartida sempre aparece como 1, recurso livre. Então, todo

recurso 1 que for contrapartida vai aparecer: código 1, o nome dele, livre, tracinho, contrapartida. Com isso vamos resolver esse problema. O **Nelson** fala a respeito de um percentual de valores contemplados. Na verdade vocês estão discutindo todo o Orçamento, não só essa parte. Na próxima semana vamos constituir o PI em cima de 209 milhões de reais. Eu, evidentemente não olhei para a questão de valores, mas olhei para o que era possível atender e o que não era possível atender tecnicamente. Com isso, as emendas que não puderam ser atendidas batiam ou contra recursos vinculados ou recursos específicos de contrapartida. Para as demais, procuramos uma forma de atender. O governo se posicionou contrário a 6 propostas, de um total de 45! E essas 6 propostas inviabilizam a ação proposta como fonte. Entendemos que não devemos inviabilizar nenhum tipo de ação, tanto do governo quanto proposta por qualquer conselheiro. Nesse contexto, das 24 emendas possíveis, contemplamos 18. Qual é o valor disso? Não sei, não somei! Temos condições de buscar fontes para algumas que foram colocadas como prioritárias, como o caso da SEACIS, como o caso do shopping popular e se aumentar em torno de 500 mil reais as verbas para o item Habitação, que já estão contempladas com mais de 70 milhões no total do Orçamento, porque é a prioridade um. Quanto à questão dos oficinairos, **Rose**, eu já pedi para a Horácia anotar e amanhã pela manhã vou ver o que está acontecendo. O **Sérgio** falou em 5 milhões para investimentos, mas nós vamos decidir os 209 milhões que existem para o ano que vem, que é o que está sendo contemplado no PI. **Marlene**, já anotei essa questão dos CAR. Amanhã pela manhã vamos dar uma olhada para ver como atender isso. Gostaria de complementar uma questão que o **Sérgio** colocou, a respeito da decisão. Em função do calendário temos que concluir o processo até o dia 10 de outubro. Assim, gostaríamos de vencer essa etapa da alocação de recursos nos projetos e nas atividades para que possamos passar para o PI. Encareço aos senhores conselheiros que se possa tirar uma definição hoje, a fim de que esse assunto fique resolvido porque pretendemos, amanhã, fazer realocações que estão contempladas aqui para que, a seguir, passemos à discussão do próprio Plano de Investimentos e fazer todas as conferências de fonte que têm que ser feitas para podermos cumprir o prazo necessário de elaboração completa do Orçamento. **CONSELHEIRO JAKUBASZKO (Temática Educação, Esporte e Lazer)**: Pessoal, eu gostaria de fazer uma lembrança e até mesmo um agradecimento em meu nome e em nome de todos os conselheiros e delegados que participaram do COP pelo excelente trabalho que foi realizado pelos conselheiros com a colaboração deste delegados. O trabalho foi muito bem feito, em nenhum momento tentamos omitir alguma coisa de qualquer Região ou Temática, respeitamos na íntegra todos os projetos apresentados. Gostaríamos, evidentemente, que tudo fosse aprovado, mas existem situações que nos impedem. Um conselheiro falou há pouco, fazendo uma colocação solicitando ao Secretário que nas Matrizes futuras fique bem especificado. E isso é de importância vital para nós, porque realmente temos que ter consciência que não sabemos, nem dominamos tudo isso. A reunião de hoje que é conseqüência desta Comissão continuam boas, apesar de estarem acaloradas, mas isso faz parte do nosso Orçamento Participativo. Todas as reuniões deveriam ser assim: produtivas. E um outro conselheiro solicitou ao Secretário Portela que fizesse um esforço para que dentro desta discussão fosse possível acrescentar algo, porque isso deixa forte o OP, os seus conselheiros e os seus delegados. Muito obrigado. **CONSELHEIRO BRIZOLA (Região Glória)**: Quero trazer duas preocupações. Uma é quanto à Habitação. A Habitação, nós todos sabemos, é a grande prioridade da Cidade, não é o primeiro ano. Noto que a comunidade está cada vez mais buscando aquilo que é pano de fundo no Orçamento. Aquilo que é atacar na causa. Então, já foi assinado pelo Secretário 500 mil reais para a Habitação, portanto é sinal que tem uma gordura que podemos botar onde realmente é preciso. Mas 500 mil reais ainda são poucos! Eu peço que dentro do próximo assunto colocassem no mínimo 1 milhão de reais para a Habitação. É uma gordura que dá para tirar e colocar na Habitação, porque é uma questão de atacar a causa. A outra preocupação que coloco é quanto às questões das acomodações. Cada conselheiro trouxe aqui uma demanda que não deu para passar e ficou de passar com o Portela. Não temos o Orçamento na íntegra, temos as demandas. Então, fica prejudicado votarmos hoje, se ainda há algumas acomodações para serem feitas. Eu quero saber de onde vai ser tirado dinheiro para isso, não que não sejam demandas extremamente necessárias, mas quero saber de onde estão saindo esses recursos para essas acomodações. Inclusive, para a Habitação. Por isso, eu pediria para não votarmos hoje, já que não temos na íntegra aquilo que vamos aprovar. **CONSELHEIRO MARCO ANTÔNIO (Região Nordeste)**: Boa-noite pessoal. Boa-noite

Secretário. Vou começar assim: qual é a nossa preocupação? todo mundo tem alguma preocupação aqui. Uns tem Habitação, outros tem *shopping* popular. Por que a gente está fazendo isso aqui? a gente está querendo é mais recursos. Acho que a nossa discussão é para se ter mais recurso e que se chegue a um acordo para que se possa votar. Porque senão as pessoas não vão votar. Pelo menos é o que estou achando. Tenho uma preocupação. Colocamos Educação em segundo lugar na minha região. Para a Região foram 202 mil reais. Precisamos de um total de 634 mil reais para limpar as obras de Educação Infantil que é a construção de creches. É importante cuidar da semente, porque depois que já cresceu e está na fase final não adianta mais investir. Eu participei da Sistematização, ficamos o dia todo lá, almocei um cachorro-quente, porque um colega pagou para mim, pois eu não tinha dinheiro no bolso, então estamos levando a sério a coisa, por isso, queremos mais recursos. Queremos mais recursos nas regiões! Eu preciso levar uma coisa de positivo para a Educação Infantil! Estamos com problemas, então vamos atacar na semente. Secretário, ele tem dinheiro para construir cadeias. Cadeia é fácil depois tirar o dinheiro, mas a creche? A Região Nordeste também vai se sentir favorecida e vai votar a favor se entrar mais 200 mil para a Educação Infantil. Daí a gente vai aprovar. Obrigado. **CONSELHEIRO ADROALDO (Temática Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo):** Boa-noite. Secretário, eu quero propor, já que não recebi o material que foi entregue aos conselheiros que fazem parte desta Comissão, eu entendo que está sendo feito um tratamento diferenciado. Não podemos discutir a matriz e votar sem conhecer o que está neste material. Está acontecendo comigo, o que provavelmente tenha sido um erro de datilografia, alguma coisa assim. Porque naquela demanda onde a gente propôs que saísse o valor de 30 mil reais da SMC, seria uma realocação para a Democratização Cultural. Acho que saiu errado, porque saiu para a Governança Local. A proposta original não seria para a Governança Local. Quero, então, retificar que o correto seria a Projeto 112-2421, 30 mil reais. Se realmente, não pode sair do FUNCULTURA, eu gostaria, Sr. Secretário, que se sensibilizasse e que se buscasse uma outra fonte. Temos que garantir a participação deste Conselho no Acampamento Farroupilha. **SECRETÁRIO PORTELA (GPO):** Está invertido, Adroaldo. Vamos corrigir isso. A origem é a fonte. Pelo menos, é o que o conselheiro está falando é o que parece. Vamos corrigir, não tem problema nenhum. Brizola, nós temos em torno de 40 milhões de reais para a Habitação. Colocar mais 500 mil reais, tudo bem, mas já tem quase 40 milhões, porque ela é a prioridade número 1. Já está contemplada com recursos. Agora no PI vamos distribuir estes recursos. Esta questão de que não há recursos para a Habitação (...) ela é a mais contemplada, ela é a primeira e tem o maior volume de recursos na Matriz Orçamentária. Eu ouvi o senhor na hora em que o senhor falou. Se o senhor puder respeitar o que estou falando depois podemos conversar. O Orçamento na íntegra foi distribuído para vocês. Se não me engano foi na primeira semana de setembro. Aqui vocês têm Órgão a Órgão, projeto a projeto, atividade por atividade, vínculo por vínculo. O Orçamento completo! Como não foi distribuído? Foi distribuído. Então, não é verdade que não tinha o Orçamento. Marco Antônio, a Educação Infantil tem dotações orçamentárias que ultrapassam 15 milhões de reais dentro da Secretaria de Educação. A questão é temos 51% do Orçamento comprometido com a despesa de Pessoal. Boa parte tem o comprometimento de dívida. O custeio está altamente achatado. E com isso o investimento acaba sendo também sendo insuficiente. Temos 10% do Orçamento para Investimento. Evidentemente que 51% do Orçamento com Pessoal achata as outras despesas. Costumo dizer que este limite que este limite de 51,3% que é imposto pela lei de Responsabilidade Fiscal não é um limite à toa ou que foi estabelecido porque alguém achou que este era o limite. Este é o quinto município pelo qual eu trabalho e historicamente tenho por experiência isso. No momento em que a despesa com Pessoal ultrapassa 48% da receita do município, o município começa a ter problema no investimento e no custeio. Ele não consegue manter-se numa condição adequada. Estamos com uma despesa de pessoal na ordem de 51% e este fato realmente prejudica todos os investimentos, inclusive o custeio do município. Precisamos equalizar esta questão da despesa com Pessoal. Estamos em negociação com o Fórum das Entidades dos Servidores Públicos. Fizemos uma proposta de reajuste. Esta proposta de reajuste contemplava uma nova política salarial porque todos nós sabemos que a bimestralidade está sepultada, ela é um processo atinente a momentos de hiperinflação. Não é um processo atinente a momentos de estabilidade. Tem um efeito cascata que não pode ser suportado pelo município e precisamos achar uma nova política salarial. Estamos trabalhando neste sentido, juntamente com os servidores justamente para encontrarmos uma nova

política salarial. A proposta do governo é uma política que contemple o crescimento da receita com o crescimento da receita com Pessoal que são as variáveis que realmente vão dizer das possibilidades de podermos dar aumento ou não. Estamos tentando implantar, mas isso é negociação. Estamos negociando com os servidores, com diálogo aberto e constante, tivemos reunião na segunda-feira e devemos ter outra reunião no início da semana. Enfim, estamos negociando com os servidores esta questão. Mas a distribuição dos recursos, evidentemente, fica comprometida. Agora, ouvindo o senhor falar alguém pode imaginar que não existe nada aplicado na Educação Infantil. Existem recursos de mais de 15 milhões. Não tenho bem certeza, mas acho que é até mais do que 15 milhões no município. A questão do Adroaldo era mais quanto à Comissão. Acho que era isso.

**JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Existem duas propostas que devemos colocar em votação. Uma é do Secretário Portela, que a meu ver fecha com a do Sérgio, no sentido de se colocar em votação e fazer os ajustes daquilo que ficou pendente. **LAFAYETE (SIMPA) Questão de Ordem):** A questão de ordem é em função do que foi mencionado pelo Sr. Secretário, quando ele afirmou que já fez várias reuniões com o fórum. Só que ele não reconhece o SIMPA. Isso está muito mal. Outra coisa, 51% da despesa com pessoal não é a realidade, a despesa está em 42%! Gostaria de esclarecer que temos nos reunido também com o SIMPA, não só com o fórum. Já tivemos praticamente umas 8 ou 9 reuniões com o SIMPA. Reconhecemos o SIMPA como a entidade legal de representação dos funcionários. O SIMPA tem que mostrar essa representatividade também. **CONSELHEIRA VALDÍVIA (Temática de Saúde e Assistência Social):** Foi passado para o PSF um valor de 26 mil reais, mais um valor de 50 mil reais. Gostaria de um esclarecimento. Há cerca de 10 dias, o Coordenador de Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde veio à Temática e disse que este ano não haverá nenhum aumento de equipe para os PSF's em Porto Alegre. O valor de 80 mil, segundo os arquitetos da Secretaria Municipal da Saúde, só permite que seja construída uma equipe. **SECRETÁRIO PORTELA (GPO):** Realmente a senhora tem razão, 26 mil só permite a construção de uma equipe. Hoje gastamos R\$ 1.700.000,00 por mês com as equipes de PSF e elas estão sendo desenvolvidas pela FAURGS, a Fundação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ela contrata o pessoal, os médicos, enfermeiros e executa o Programa de Saúde da Família. Essa sistemática tem nos causado problemas porque a FAURGS tem uma série de encargos que acabam encarecendo cada equipe e, no final, o médico e o enfermeiro tem uma remuneração aviltada. Tanto é verdade que havia 40 equipes que não se conseguia repor em função de remuneração. Estamos tentando buscar um novo modelo de execução do PSF que permita executar com maior celeridade, com custo adequado para que se consiga ampliar significativamente essas equipes. **CONSELHEIRO JORGE (Região Cruzeiro):** Gostaria de falar diretamente ao Secretário, porque sou Conselheiro suplente, sou novo aqui no Conselho e esta é a segunda vez que questiono a documentação que é entregue aos conselheiros. Hoje praticamente tive que implorar para receber esse documento e trabalhar junto com o pessoal. Já falei na reunião passada sobre a importância de cada conselheiro estar de posse dos documentos que vão estar sendo examinados e votados, porque do contrário fica difícil trabalhar. Sei que existem problemas de recursos, mas sugiro que seja destinado um limite de cópias para o COP a fim de que possamos ter acesso à documentação necessária para o desenvolvimento do nosso trabalho. Não podemos mais aceitar essa falta de material. Recém o colega falou a respeito da educação infantil. Quero dizer ao Secretário que 80% das nossas crianças não têm creche. O recurso para esse fim é pequeno e temos que encontrar uma maneira de aumentá-lo. Se tivermos uma boa educação, as crianças em creches, as crianças realmente amparadas, não precisaremos pagar 2 mil reais por mês para cada presidiário mais tarde. O senhor falou, Secretário, que 80% das emendas possíveis foram atendidas. Concordo plenamente, só que isso representa 30% dos recursos. Eu gostaria que, no mínimo, 51% do que os conselheiros discutiram fossem aprovados. Isso nos daria a segurança de que o governo realmente está concordando com o que estamos decidindo aqui. **SECRETÁRIO PORTELA (GPO):** Quanto à questão, **Jorge**, do encaminhamento da documentação, dos informativos, etc., realmente é preciso verificar, pois pode estar ocorrendo algum problema, talvez não estejamos fazendo com que isso esteja chegando adequadamente nos CAR. Vamos nos debruçar sobre essa questão para fazer com isso não mais se repita. Quanto à questão da **educação infantil**, a HHorácia me alertou para o fato de que se tu pegares o orçamento da educação infantil irás ver que ela está bem destacada. Só com os recursos já despendidos são R\$ 45.000.000,00. Isso infelizmente não é suficiente, é um volume acentuado, mas não é suficiente.

Temos uma enorme eficiência na rede conveniada, temos problemas com a rede própria principalmente na questão de valores, de custos. Concedemos, neste ano, 12% de aumento na rede conveniada e o Prefeito autorizou mais 800 vagas na rede conveniada. Evidentemente que com a disponibilidade de recursos existentes estamos procurando sanar o problema da melhor maneira possível. Gostaria de ponderar que ainda vamos discutir e elaborar conjuntamente o Plano de Investimentos que envolvem 209 milhões e, desse valor, em torno de 100/110 milhões de recursos livres mais os recursos vinculados. Estamos debatendo aqui realocações de recursos que, segundo vocês, chega a R\$ 1.700.000,00. Eu lhes asseguro que as demandas de realocação que não tiverem problemas técnicos e que receberam parecer favorável, mais aquelas que serão resgatadas hoje, contemplarão R\$ 1.700.000,00. Não há problema, está contemplado 100% dos recursos. (Manifestação do Conselheiro Sérgio, do Cristal, fora do microfone). O total é 5 milhões? Então, vamos realocar 3 milhões de reais, mais da metade, 60%. Não há problema algum. Realocar 3 milhões de reais num orçamento de 2 bilhões, onde vamos discutir 209 milhões para investimentos não há problema algum. Comprometo-me em realocar os 3 milhões nas demandas aprovadas. (Palmas) O importante é o que vem a seguir, que é a discussão do PI. Precisamos fazer um bom PI, que possa ser realizado para que não fiquemos acumulando demandas não-realizadas. É claro que sempre existirão demandas que irão ficar para trás em virtude de processos administrativos, mas precisamos reduzir isso ao mínimo possível. Vocês têm o meu compromisso no sentido de que vamos realocar, nas demandas de parecer favorável, mas as três que foram resgatadas aqui – a da SEACIS, a do shopping popular e a dos CAR's – o montante da ordem de 3 milhões de reais. O DEMHAB, por ser a prioridade da Cidade, já conta com recursos de 40 milhões de reais. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** A Mesa quer registrar a presença de uma delegação de franceses da cidade de Roubaix, França que está acompanhada pelo conselheiro Sérgio Amaral. Fazem parte da delegação os senhores Roger, Nicolas, Jean-Marc e Fabrice. A cidade de Roubaix pretende implantar o Orçamento Participativo e por isso a delegação está aqui estudando o Orçamento de Porto Alegre. Sejam todos bem-vindos. Existe um pedido de resposta pela delegada Beatriz, mas a Mesa entende que não houve ofensa. No entanto, se a delegada quiser se manifestar, na próxima reunião ela poderá pedir a palavra no período das Comunicações, porque este é o entendimento da Mesa. Nós não vamos nos desviar da Pauta. Existem quatro pedidos de inscrições de conselheiros, mas já vencemos o nosso tempo. Quero colocar para apreciação da plenária se abrimos tempo para essas quatro inscrições de conselheiros que já falaram ou vamos encaminhar à votação a Matriz Orçamentária. Quanto ao recurso do seu Omar vou passar para o Ronaldo, porque ele tem a posição da Mesa. **CONSELHEIRO RONALDO (Coordenação):** Conselheiro Omar, o seu recurso foi acatado pela Mesa, porque o senhor diz que exige averiguação do fato. Portanto, vamos averiguar o fato e trazer para o senhor a resposta na próxima reunião. Obrigado. **(Tumulto no plenário)** **CONSELHEIRO DILMAIR (Temática Cultural):** Conselheiros e conselheiras, tenho uma proposta de encaminhamento diferenciada da Mesa. Acho que se existe um recurso que foi colocado pelo conselheiro Omar este plenário tem que tomar conhecimento deste recurso. Existem quatro solicitações de inscrições, temos um recurso regimental que podemos aumentar por mais alguns minutos a reunião e gostaria que isso fosse garantido. Porque em um minuto a gente não pode levantar todas as questões que deveríamos colocar. Então, eu gostaria a atenção deste plenário neste sentido. Eu solicito mais quinze minutos de reunião. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** O tempo da reunião já foi extrapolado. Então, vamos colocar em apreciação do plenário se abrimos mais quatro inscrições aos companheiros que anteriormente falaram ou partimos para o encaminhamento. O conselheiro Brizola retirou a sua inscrição, portanto agora são três inscritos. Em votação. Quem é favorável que se dê mais tempo aos três conselheiros inscritos levantem o braço. **REJEITADO.** Em votação a Matriz Orçamentária proposta pelo governo com a ressalva de amanhã o GPO se encontrar com a Comissão de Sistematização e atender o valor que o Secretário se comprometeu dentro das demandas que receberam parecer favorável. **APROVADA.** Convido a Comissão para que agende com o Secretário do GPO um horário para a reunião de amanhã. Declaro encerrada a reunião. Boa-noite a todos.

**Juarez Melo da Silva Junior - Juninho**

Secretário Executivo do Conselho do Orçamento Participativo  
UOP / PMPA - mat.15.993-9

✉ [juninho@dmlu.prefpoa.com.br](mailto:juninho@dmlu.prefpoa.com.br)

☎ (51) 32893654-3661-3662 / 81695724